

## ÍNDICE

PREFÁCIO	7
SIGLAS E ABREVIATURAS	11
NOTAÇÃO LÓGICA	13
NOTA PRÉVIA E AGRADECIMENTOS	15
NOTAS DE LEITURA	17
PARTE I: A REGRA DE TRANSMISSÃO DO NEGÓCIO	19
1. INTRODUÇÃO	21
1.1. Enquadramento	21
1.2. Conceito	22
1.3. Propósito, delimitação e razão de ordem	24
2. A TRANSMISSÃO DO NEGÓCIO À LUZ DA DIRETIVA IVA	27
2.1. Antecedentes	27
2.2. Enquadramento normativo	30
2.3. O carácter opcional dos artigos 19º e 29º da Diretiva IVA	31
2.4. Fundamento da regra de transmissão do negócio	33
3. A JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA	35
3.1. <i>Abbey National</i> (C-408/98)	37
3.2. <i>Zita Modes</i> (C-497/01)	43
3.3. <i>Faxworld</i> (C-137/02)	47

3.4. <i>SKF</i> (C-29/08)	53
3.5. <i>Christel Schriever</i> (C-444/10)	57
3.6. <i>X BV</i> (C-651/11)	59
3.7. <i>Mailat</i> (C-17/18)	63
4. A TRANSMISSÃO DO NEGÓCIO À LUZ DO CÓDIGO DO IVA	65
4.1. Enquadramento normativo	65
4.2. Natureza e estrutura jurídicas	67
5. EXCURSO: A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DO SELO SOBRE O TRESPASSE DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	71
PARTE II: ASPETOS PROBLEMÁTICOS EM TORNO DA REGRA DE TRANSMISSÃO DO NEGÓCIO	77
1. PONTO DE PARTIDA: O PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE	79
2. ÂMBITO OBJETIVO	83
2.1. Reorganizações empresariais	85
2.2. Transmissões sem contrapartida ou sob a forma de entrada numa sociedade	90
2.3. Transmissão de participações sociais	92
2.4. Trespasse de estabelecimento comercial	96
3. ÂMBITO SUBJETIVO	101
3.1. O elemento intencional e a carga económica	101
3.2. Pluralidade de intervenientes	104
4. ÂMBITO TERRITORIAL	107
4.1. A “transmissão intracomunitária do negócio”	107
4.2. A “importação do negócio”	110
5. ÂMBITO TEMPORAL	113
5.1. A transmissão do negócio diferida	113
5.2. A transmissão do negócio progressiva	115
5.3. A não continuação imediata da atividade	116
6. DIREITO À DEDUÇÃO	119

7. Atividades isentas	123
8. Medidas destinadas a evitar distorções da concorrência	125
9. Obrigações acessórias	133
10. Recomendação	135
PARTE III: SÍNTESE LÓGICA E CONCLUSIVA	137
1. SÍNTESE LÓGICA	139
2. SÍNTESE CONCLUSIVA	145
PRINCIPAL JURISPRUDÊNCIA DO TJUE REFERIDA	157
BIBLIOGRAFIA	171